

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO NA IMPRENSA PERNAMBUCANA (1885-1915)

Édla Kerollayne Tavares da Silva (1) Adlene Silva Arantes (2- Orientadora)

(1) *Universidade de Pernambuco, edlakerollayne@gmail.com.*

(2) *Universidade de Pernambuco, adlene.arantes@gmail.com.*

Introdução

Até meados do século XIX a educação da mulher era voltada para seu papel de mãe e esposa. Com turmas e escolas separadas das masculinas, as mulheres recebiam também educação diferenciada. Enquanto os meninos aprendiam a ler, escrever, realizar as quatro operações básicas, lidar com números decimais, proporções e geometria, a educação das meninas estava limitada às primeiras letras, abrangendo apenas o conhecimento da leitura, escrita e das quatro operações básicas. Além disso, as mesmas deveriam aprender a cozinhar e bordar.

Essa realidade começa a mudar em 1875 quando a Escola Normal Oficial é aberta às mulheres. De acordo com Peixoto (2006), a abertura do magistério às mulheres se constitui como uma oportunidade para que estas possam prosseguir os estudos. Uma oportunidade para as mulheres estudarem um pouco mais. Para as moças que precisavam trabalhar, o magistério era uma das poucas profissões socialmente aceitáveis às mulheres, já que permitia que as mesmas pudessem conciliar a vida profissional com as tarefas domésticas.

Aos poucos, os relatórios mostram que a Escola Normal Oficial passava a receber mais mulheres que homens, tendo em 1884, 57 matrículas masculinas para 83 femininas e em 1894, 22 matrículas masculinas para 79 femininas. Além de registrar mais matrículas femininas, pode-se observar a aprovação de mais mulheres que homens. No ano de 1883 foram 32 aprovações masculinas e 54 femininas.¹

Segundo Machado (2005) o século XIX foi denominado de “século da instrução popular”, pois foi reconhecida a importância de se ofertar educação para o povo. É nesse período que se intensificam os discursos sobre a infância. O afeto e o carinho passam a ser vistos como facilitadores do processo ensino-aprendizagem. A partir disso, a mulher passa a ser vista como a mais adequada para ocupar as salas de aula do ensino primário.

Diante do exposto, esta pesquisa teve como objetivo compreender as representações sociais sobre a mulher e o magistério na imprensa pernambucana, levando em consideração como tais representações podem ter influenciado o processo de feminização do magistério.

Metodologia

Para entender os discursos e como eles podem ter influenciado a feminização do magistério, fez necessário basear-se nos pressupostos da História Cultural e no conceito de representação de Chartier. Para Burke (2008) com a evolução da História Cultural, começa-se a relacionar as comunidades com o mundo externo a ela. Entra em questão a preocupação com as diferenças, debates e conflitos das tradições culturais, estudando a cultura como inteira à medida que se diminui suas fragmentações e estudos isolados. Com isso, é possível notar a

¹ Dados retirados da pesquisa de Braga (2012)

transição da crença de uma racionalidade imutável (escolha inconsciente em atos de consumo) para “um crescente interesse nos valores defendidos por grupos particulares e em locais e períodos específicos”. Para o autor, a História Cultural se distingue da História Intelectual por se preocupar com as mentalidades, suposições e pensamentos e não com os sistemas de pensamentos. Ela também vai se distinguir da História Social por dar ênfase à cultura e não à sociedade em geral.

Ns representações Chartier (1990) afirma ser possível perceber os discursos que captam e estruturam o mundo, possibilitando a compreensão das relações entre discursos e práticas. Segundo o autor, as percepções do social não são neutras, elas produzem estratégias e práticas que vão impor uma autoridade à medida que menosprezam outras. Por este motivo as representações relacionadas à mulher e ao magistério serão analisadas considerando o papel da mulher na sociedade e as relações entre a profissão e o feminino.

Sobre os ângulos e possibilidades para o trabalho com a imprensa, a mesma pode ser abordada como meio de comunicação, literatura e fonte para estudos históricos. O jornal serve como aproximação entre o cotidiano e a sociedade, pois o mesmo é escrito de forma leve e ligeira (SILVA e SELLARO, 2003). É a informação de forma acessível para as massas. Entretanto, Araújo (2002) nos lembra que a imprensa é suspeita, tendenciosa e por vezes até manipuladora. Suas informações são partidárias e intencionais, já que se constitui como uma empresa.

Para desenvolvimento do presente trabalho, que se encontra em andamento, estão sendo analisadas as representações sobre a mulher e a profissão docente encontradas em jornais feitos para mulheres e/ou escritos por elas. O recorte temporal escolhido para a investigação abrange o período de 1880 a 1915, pois é neste recorte temporal que Peixoto (2006) afirma ter ocorrido a feminização do magistério. Os jornais analisados até o presente momento foram: O Beija-Flor (1880)²; A Mulher (1883)³; A rosa (1890)⁴ e O Lyrio (1902-1904)⁵.

A seleção das fontes para pesquisa se deu no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE) onde, é preciso ressaltar, não existe estrutura adequada para o manuseio de jornais antigos. Instalado em um antigo casarão do século XVIII, o edifício-sede do Arquivo Público conta com grandes janelas que favorecem a ampla circulação de vento dentro do recinto. Os jornais antigos e ressecados se quebram com o vento, ficando mais danificados. O triste resultado é que algumas obras, castigadas pelas péssimas condições de manuseio, ficam impossibilitadas de serem consultadas por pesquisadores.

A feminização do magistério

Com a criação da educação popular no Brasil, as meninas são inseridas nas escolas. Entretanto, as mesmas vão receber educação diferenciada dos meninos. Com a inserção das meninas nas salas de aula, existe também a inserção das mulheres, pois o professor deveria ser do mesmo sexo dos seus alunos.

² Descrito apenas como “Jornal dedicado as senhoras”.

³ Redigido por Josepha A. F. M. de Oliveira e Maria A. C. Estrella, foi um periódico de “literatura, medicina e bellas-arts” dedicado à mulher brasileira. Começou a ser publicado no exterior, quando as redatoras cursavam medicina e, depois de um intervalo de dois anos, passa a ser publicado em Recife.

⁴ Redigido por “senhoras”, se declarava como periódico “critico e scientifico”. Fazia crítica quanto à escassa participação das mulheres na imprensa.

⁵ Redatora chefe: Amelia de Freitas Bevilaqua.

Mesmo com a inserção das mulheres e meninas nas salas de aula, continuava a existir uma discriminação sexual na educação. As meninas aprenderiam a cozinhar, bordar e costurar. Aprenderiam as primeiras letras e as operações básicas da matemática. O conhecimento destinado a elas seria apenas o suficiente para atender às necessidades básicas do lar. Já os meninos, além das primeiras letras, aprenderiam aritmética e geometria. Com isso, a mulher professora recebia um salário inferior ao do professor, pois o ensino de geometria era um critério de aumento salarial.

Antes de começar a discutir o processo de feminização do magistério no estado de Pernambuco, é importante lembrar que a docência no Brasil foi iniciada por homens. A primeira forma de educação escolar fora aqui instalada pelos religiosos para a educação dos índios. Mais tarde, também são os homens que assumem as chamadas “aulas régias” – aulas que não pertenciam à Igreja, mas ao Estado. Entretanto, com a inserção das meninas na educação escolar, torna-se necessária a presença de professoras, já que as turmas de meninas só poderiam ser regidas por mulheres (LOURO, 2009).

Braga (2013) afirma que a feminização do magistério no estado de Pernambuco se deu num momento de crise financeira. O estado estava tomado por secas e epidemias. Os empresários se encontravam carregados de dívidas contraídas na tentativa de modernização e sobrevivência das lavouras. Era notável também o descaso da corte com as províncias do norte, não prestando apoio diante de tais dificuldades.

Em seu artigo intitulado *A feminização do magistério em Pernambuco (1872-1890)* a autora fala sobre a contribuição das escolas noturnas para a feminização do magistério. As escolas noturnas tinham, em grande parte, o objetivo de formar professores/as. Eram a melhor opção para aqueles que precisavam trabalhar durante o dia e mesmo que em número mínimo, 75 para os homens e 6 para as mulheres, as escolas noturnas se mostraram como uma alternativa de profissionalização para as mulheres de baixa renda.

Outro ponto a ser resultado na investigação do processo de feminização do magistério em Pernambuco é a criação das escolas mistas. Regularizadas em 1879, as mesmas já existiam no estado desde 1872 (ano da primeira escola mista encontrada por Braga em sua pesquisa) e seu número começou a crescer consideravelmente nas décadas de 80 e 90. O principal motivo da popularização das aulas mistas foi a progressiva necessidade de contenção de gastos em virtude da baixa frequência de alunos nas turmas afastadas de Recife e Olinda. O papel desse evento para a feminização do magistério se constituiu no fato de que as mulheres eram as únicas que poderiam gerir as turmas mistas.

Aceitas para o trabalho em turmas mistas, o próximo passo para a feminização do magistério é a regência de mulheres em turmas masculinas. O que antes poderia parecer inconcebível passa a ser encorajado. Em 31 de janeiro de 1874, João Barbalho Uchôa Cavalcanti, Inspetor Geral da Instrução Pública de Pernambuco envia um documento ao Presidente da província encorajando a entrega de cadeiras primárias masculinas às professoras:

São hoje geralmente conhecidas as vantagens do ensino de alunos do sexo masculino confiado às professoras. A vocação das mulheres para a educação das crianças, a simpatia que inspiram a estas, o segredo de bem dirigir-las empenhá-las no estudo, tornando-o agradável e ameno, o dom de facilmente transmitir-lhes as noções e conhecimentos de que dispõem, tudo tem feito proclamar-se a mulher como sendo mais competente para o magistério primário. Na Europa e na América, está isto conhecido. E entre nós as províncias de Minas e Ceará já tem escolas de meninos dirigidas por mestras. Sendo este um exemplo digno de imitação, pelos incalculáveis benefícios que deixa a esperar, com relação ao aproveitamento dos alunos, quer por que se abrem assim as nossas patrícias uma brilhante carreira em que se poderão empregar com grande vantagem para si e para a província, e convido

ao mesmo tempo preparar neste sentido a reforma que se vai fazer no ensino publico, tenho a honra de propor a V. Ex.^a se digne de nomear senhoras para reger provisoriamente as cadeiras primarias do sexo masculino que vagarem ou cujos professores obterem licença. [...] Iniciando nesta província o ensino dos meninos por professoras, a V. Ex.^a caberá da gloria de ter assim admitido um melhoramento de grandíssimo alcance e de ter prestado um assinado serviço a pública instrução. (CAVALCANTI apud BRAGA, 2013. p. 173)

No discurso de Cavalcanti é possível notar mais um aspecto para justificar a feminização do magistério. Trata-se dos atributos femininos que qualificam a mulher para o magistério. Teriam as mulheres o “dom” para ensinar às crianças e facilitar o ensino. Esse “dom” estaria ligado à sua condição de mãe e ao papel materno de cuidar de seus filhos. A educação da mulher, segundo Louro (2009), esteve desde o princípio justificada por seu destino de Mãe. Elas deveriam ser honestas e ordeiras para transmitir a boa moral aos seus filhos. Argumentava-se que a docência poderia “ampliar” a natureza feminina e deveria ter como característica a entrega e a doação.

Passo ao ponto que achas de máxima importnacia: A educação concorre ou não para a felicidade da mulher? Minha opinião é que, o fino tacto é nato na mulher e por isto mesmo não é preciso que ella seja scientifica para tudo comprehender, tudo discernir. ⁶

[...] educada convenientemente será como a grande luz factora do Progresso illuminando pelos caminhos do Futuro os passos á Civilização triumphante. Como exigir que a mulher ignorante aperfeiçõe o coração de uma creança, combatendo aos seus defeitos, inculcando-lhe criteriosos exemplos, inspirando-lhe obediencia e respeito aos principios basicos da sociedade se ella desconhece a sociedade e até muitas veses os seus principios?⁷

Nos discursos citados acima⁸, podemos perceber que a educação feminina não se caracterizava como uma necessidade importante. A mulher sofreria mais ao ser escolarizada já que não necessitava de conhecimento científico para exercer seu papel na família e na sociedade.⁹ Quando defendida, a educação da mulher serviria para justificar seu papel de mãe e esposa.

Conclusões

Mesmo com a escassez de discursos analisados que estejam diretamente relacionados à docência feminina, é possível perceber a partir das representações sobre o papel da mulher na sociedade, que a sua educação não era vista como uma questão imediata. Toda educação recebida para a mulher deveria servir para lhe guiar em seu dever para com a casa e a família. Este fato que para Braga (2013), Louro (2009) e Peixoto (2006) se configura como auxiliar no processo de feminização do magistério de forma qualitativa.

⁶ Cândida Barros. OLyrio. Recife, 10 de dezembro de 1902.

⁷ Amelia Bevilaqua. O Lyrio. Recife, 01 de março de 1903.

⁸ Ao transcrever os trechos citados, foi optado por manter a grafia original.

⁹ Cândida Barros. OLyrio. Recife, 10 de dezembro de 1902.

Como próxima etapa para a pesquisa, serão analisados periódicos¹⁰ diretamente relacionados à educação e instituições educacionais. Dentre as fontes já coletadas para análises futuras se encontram a Revista de Instrução Pública (1902)¹¹; O Grêmio (1903 a 1908)¹²; a Gazeta Pedagógica (1914)¹³ e a revista Novidades (1921 a 1922)¹⁴.

Referências

ARAÚJO, José Carlos Souza. **A imprensa, co-participe da educação do homem**. Cadernos de História da educação – v. 1 – n.º. 1. 2002.

BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. **A feminização do magistério em Pernambuco (1872-1890)**. Revista de História, v. 5. 2013 p. 151-177. 2013.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

LOURO, G. Mulheres na Sala de Aula. In: PRIORE, Mary Del. (org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. O decreto de Leôncio de Carvalho e os Pareceres de Rui Barbosa em debate – A criação da escola para o povo no Brasil do século XIX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Helena Câmara (org.) **Histórias e memórias da educação no Brasil**, v II: século XIX, Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p.91 – 103.

PEIXOTO, Flávia Maria. **A escola normal oficial de Pernambuco**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CE, 2006.

SILVA, Andréa Carla Agnes e Silva. SELLARO, Lêda Rejane Accioly. **A imprensa pernambucana (1889-1910): aspectos teórico-metodológicos da utilização o jornal na pesquisa histórica**. Mestranda em Educação do Programa de Pós Graduação em Educação da UFPE, 2003.

¹⁰ Os anos indicados para cada periódico não se configura como ano de início e fim de circulação, mas dos volumes já coletados.

¹¹ Criada em 1872 por D. João José Pinto Junior, foi a revista oficial da Instrução Pública do Estado de Pernambuco. Era dividida em três partes; oficial, doutrinal e noticiosa. Na parte oficial seriam publicados legislação, despachos e instruções sobre a educação no Estado. A parte doutrinal trazia artigos sobre pedagogia e didática e por fim a parte noticiosa trazia notícias da imprensa, estatística e notícias de instituições escolares.

¹² Periódico pertencente ao Grêmio Literário do Instituto Ayres Gama.

¹³ Jornal “literário, noticioso e independente” que pertenceu ao Orgão do Professorado Pernambucano. Seu principal objetivo era o de afirmar o valor do professorado e defender seus direitos.

¹⁴ Dirigido por José Irineu de Souza, se apresenta em 28 de novembro de 1921 como um jornal moderno e sem programa pré-estabelecido que visava trabalhar pelo “desdobramento do progresso Recifeense”.